Matosinhos
Câmara Municipal

Consolidação de Contas

2015
RELATÓRIO DE ATIVIDADES E DE GESTÃO

Índice

1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

2 . BALANÇO CONSOLIDADO

3 . DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

4. FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

6 . CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

2015
Consolidação
de Contas

1

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

2015
Consolidação
de Contas

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos assistiu-se, em Portugal, a uma alteração de paradigma ao nível do desenvolvimento das atribuições e competências dos municípios, que, numa lógica de grupo municipal, recorreram a formas organizacionais diversas, nomeadamente de natureza empresarial. O Município de Matosinhos não foi exceção e constituiu duas empresas Municipais: em 1999, a MatosinhosHabit – MH, Empresa Municipal de Habitação de Matosinhos, EM, que, sob a tutela da Câmara Municipal Matosinhos, teria como objeto social a gestão patrimonial, social e financeira dos empreendimentos e outros fogos do património da Empresa e do Município; e, no ano 2002, a MS – Matosinhos Sport, Empresa Municipal de Gestão e Equipamentos Desportivos e Lazer, E.M., que visaria assegurar o planeamento, a administração, a gestão e a manutenção de espaços e equipamentos desportivos da autarquia, bem como de promover e realizar atividades de animação desportiva e programas municipais de fomento desportivo.

Neste contexto, facilmente se compreende que a análise das contas individuais não permite uma visão global da situação financeira do grupo municipal. Atendendo à necessidade de avaliação integrada do conjunto das atividades desenvolvidas e à necessidade de objetividade e transparência da informação, a apresentação de contas consolidadas torna-se imperativa.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem apropriada e verdadeira da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo uma análise e avaliação das políticas públicas locais.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. De facto, o n.º 1 do artigo 75.º estabelece que "Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas".

2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

De acordo com o estabelecido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades. A existência ou presunção de controlo afere-se relativamente às entidades de natureza empresarial, pela sua classificação como empresas locais e relativamente a entidades de outra natureza, pela sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado

Ponderados todos estes fatores, concluiu-se que grupo autárquico engloba o município de Matosinhos e as duas empresas municipais acima mencionadas: MatosinhosHabit - MH, EM e MS - Matosinhos Sport, EM.

A Matosinhos Sport – Empresa Municipal de Desporto, foi constituída com o objetivo de proporcionar um serviço de qualidade na gestão e manutenção dos equipamentos desportivos e, através dos Programas Municipais de Fomento Desportivo, incentivar a prática desportiva da generalidade dos cidadãos. Partindo deste pressuposto e procurando incrementar, melhorar e diversificar continuamente a oferta desportiva, a Matosinhos Sport, hoje denominada MS - Matosinhos Sport, Empresa Municipal de Gestão e Equipamentos Desportivos e de Lazer, E.M., apoia, de forma criteriosa, o fomento desportivo e colabora ativamente com a Câmara Municipal de Matosinhos no campo do Associativismo Desportivo.

A MatosinhosHabit-MH, Empresa Municipal de Habitação de Matosinhos, EM, tem como objeto social a gestão patrimonial, social e financeira dos empreendimentos e outros fogos do património da empresa e do município, a promoção da conservação e da manutenção do parque habitacional privado, em sede designadamente de vistorias de salubridade, sendo responsável pela gestão de parque habitacional propriedade da Câmara Municipal de Matosinhos num total de 4322 fogos distribuídos por todas as freguesias do concelho.

3. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

O método adotado na consolidação de contas do município de Matosinhos foi o método de consolidação integral, o qual consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas.

4. ANÁLISE PATRIMONIAL

4.1. Enquadramento macroeconómico

A crise financeira e económica internacional afetou também, como é público, a economia portuguesa. Sobretudo a partir de 2009, mas já com significado em 2008, a atividade económica em Portugal foi fortemente condicionada pela propagação dos efeitos da crise, que se fez sentir, igualmente, nos principais parceiros comerciais do nosso país.

Inevitavelmente, a quebra das receitas do Estado e, em geral, o funcionamento dos estabilizadores automáticos, a par das medidas, concertadas entre os vários Estados-membros da União Europeia, de estímulo à economia e de apoio às empresas, aos desempregados e às famílias, tiveram consequências negativas sobre as contas públicas de todos os países. Portugal não foi excepção, pelo que o processo de consolidação orçamental foi interrompido em 2008, em grande parte devido a uma significativa diminuição das receitas fiscais.

A economia portuguesa esteve desde 2011, e até maio de 2014, sob influência do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) acordado entre o governo português e o FMI, a Comissão Europeia e o BCE. Este programa incorpora uma estratégia que visa corrigir os desequilíbrios macroeconómicos e financeiros e proceder a uma alteração estrutural da economia portuguesa, criando as condições para um crescimento económico sustentado e gerador de emprego. O súbito e substancial agravamento das condições de financiamento da economia portuguesa em 2011, conjugada com altos níveis de endividamento, impôs substituir financiamento privado por financiamento oficial. A consolidação orçamental, conjugada com um rápido ajustamento por parte das empresas e das famílias portuguesas, conduziu a uma forte contração da procura interna tanto do lado do consumo (quer público, quer privado), como, e especialmente, do lado do investimento. Este efeito de compressão da procura interna resultou num ajustamento mais rápido que o previsto dos saldos negativos da balança corrente, quer por via da redução das importações quer pelo aumento das exportações, em parte associado ao esforço das empresas portuguesas na procura de novos mercados para colocação dos seus produtos, sendo de destacar o contributo relevante de empresas surgidas ao longo da última década.

Apesar do contexto internacional desfavorável em que foi implementado o PAEF, há que registar uma correção assinalável dos desequilíbrios económicos internos e externos da economia portuguesa. Em particular, assinale-se a consolidação estrutural muito significativa das contas públicas, a melhoria do saldo das contas externas, traduzida numa capacidade líquida de financiamento da economia portuguesa, bem como uma reafetação de recursos no sentido dos setores produtores de bens e serviços transacionáveis.

2014 ficou marcado por um aumento de 0,9% do PIB (face a -1,6% em 2013), a primeira variação positiva registada desde 2010.

Em 2015 manteve-se a recuperação gradual da atividade económica iniciada em 2013, registando- se um crescimento do produto interno bruto (PIB) de 1,5%, em termos reais. Esta aceleração foi caraterizada por um maior crescimento da procura interna, em particular do consumo privado, e por uma ligeira desaceleração das exportações.

Ao longo de 2015 a atividade económica abrandou, em termos homólogos, de 1,6% no primeiro semestre para 1,4% no segundo semestre, sendo esta evolução comum à procura interna e às exportações. Do lado da procura interna, o consumo privado acelerou de 2,2% em 2014 para 2,6% em 2015, num quadro de melhoria das condições no mercado de trabalho, com um aumento do emprego e uma redução da taxa de desemprego, e de crescimento mais acentuado do crédito ao consumo. Esta aceleração refletiu, essencialmente, a componente de consumo corrente. O consumo de bens duradouros registou um crescimento acima de 10% em 2015, tendo apresentado uma desaceleração na segunda metade do ano. O consumo público aumentou 0,8% em 2015, após uma redução de 0,5% no ano anterior, refletindo nomeadamente a diminuição menos acentuada do número de funcionários públicos e o aumento das despesas em consumo intermédio. A formação bruta de capital fixo (FBCF) acelerou de 2,8% em 2014 para 3,7% em 2015, maioritariamente fruto da evolução da componente de construção, o que representa uma interrupção da tendência descendente observada desde 2001.

O excedente da balança de bens e serviços aumentou em 2015, ascendendo a 1,7% do PIB. Apesar de, em termos reais, as importações de bens e serviços terem registado um crescimento superior ao das exportações, este efeito de volume negativo foi mais do que compensado por uma variação muito positiva dos termos de troca, associada à forte descida do preço do petróleo. Não obstante a descida do preço do petróleo, o índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC) registou um crescimento de 0,5% em 2015, após uma ligeira redução de 0,2% no ano anterior. Num quadro de depreciação do euro, de aumento dos preços de importação excluindo bens energéticos e de evolução moderada dos salários no setor privado, o aumento dos preços em 2015 refletiu a aceleração dos preços dos serviços e dos bens alimentares, tendo os preços dos bens industriais não energéticos registado uma queda menos acentuada. Em 2015, o diferencial de inflação face à área do euro foi positivo, traduzindo essencialmente descidas dos preços dos bens energéticos mais acentuadas na média da área do euro do que em Portugal.

A performance apresentada pelo Município de Matosinhos é globalmente positiva, evidenciando que a autarquia tem conseguido manter o equilíbrio financeiro assim como o nível de investimentos dos últimos anos.

4.2 Análise do Balanço

O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Grupo Autárquico à data de encerramento do exercício 2015, dando a conhecer, por um lado, o Ativo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e Capital Próprio do Grupo que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

A estrutura do Ativo reparte-se em Imobilizado – ou Ativo Fixo – e em Ativo Circulante. Por seu lado, a estrutura do Passivo é repartida entre o Capital Próprio ou Fundos Próprios e o Passivo.

Quadro n.º 1

Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado

(Un: Euros)

Descrição	2015	
	Valor	Peso %
ATIVO		
IMOBILIZADO	641 189 935,04	92,0
Bens de Domínio Público	83 849 523,76	12,0
Imobilizações Incorpóreas	370 030,64	0,1
Imobilizações Corpóreas	551 822 886,49	79,2
Investimentos Financeiros	5 147 494,15	0,7
CIRCULANTE	55 430 912,10	8,0
Existências	265 177,94	0,0
Dívidas de Terceiros - Médio/ Longo Prazos	16 909 966,71	2,4
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	15 619 556,06	2,2
Títulos Negociáveis	0,00	0,0
Disponibilidades	19 686 162,91	2,8
Acréscimos e Diferimentos	2 950 048,48	0,4
TOTAL DO ATIVO	**696 620 847,14**	**100,0**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
FUNDOS PRÓPRIOS	484 722 921,82	69,6
Património	476 361 680,21	68,4
Ajustamento partes Capital	0,00	0,0
Reservas	18 606 143,70	2,7
Resultados Transitados	-14 216 196,50	-2,0
Resultado Líquido do Exercício	3 971 294,41	0,6
PASSIVO	211 897 925,32	30,4
Provisões para riscos e encargos	12 612 149,05	1,8
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo	41 168 485,83	5,9
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	11 457 240,97	1,6
Acréscimos e Diferimentos	146 660 049,47	21,1
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	**696 620 847,14**	**100,0**

O Balanço Consolidado quando comparado com o Balanço do Município de Matosinhos permite verificar o forte peso do enquanto entidade-mãe, cuja representatividade é superior a 99% e, como tal, responsável pela apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do grupo.

Através da análise da estrutura do **Ativo,** podemos constatar que peso relativo do Ativo Fixo é de 92%, muito semelhante aliás ao peso em termos das contas individuais do município de Matosinhos (92,2%). Em termos de grupo, o município assume aqui uma posição dominante, responsável em 99,8% por este agregado. Em termos de Ativo Circulante, que na estrutura do ativo consolidado tem um peso de apenas 8%, a posição do município apresenta um peso ligeiramente menor (97,6%)

No que diz respeito à estrutura do **Passivo**, e tendo em consideração que a divida relativa a empréstimos de médio e longo prazo que será paga durante o ano 2016 (amortizações de capital) se encontra relevada na rubrica de Dívidas de Terceiros a Curto Prazo e que representa 3,92 milhões de euros, poderemos afirmar que a dívida de maior expressão é, sem qualquer margem para dúvida, a de médio/longo prazo. Apesar da dívida global ter assistido a um acréscimo entre 2014 e 2015 na ordem dos 2,1 milhões de euros, o que representa um crescimento de cerca de 4,2%, contrariando a tendência dos últimos anos, tal facto deve-se essencialmente à utilização mais intensa dos empréstimos de longo prazo, previamente contratados, face ao que havia ocorrido em 2014, (acréscimo de cerca de 2,7 milhões de euros adicionais face a período homólogo), e à incorporação da participação no capital social do FAM – Fundo de Apoio Municipal, nos termos do artigo 17.º, da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, também no montante de 2,7 milhões de euros. Assim, não obstante o esforço bem sucedido de redução da dívida de curto prazo, em cerca de 2,3 milhões de euros, o aumento da dívida de médio e longo prazo acima referenciado foi determinante para este resultado.

Já na estrutura dos **Fundos Próprios** consolidados, que representam, no final do exercício, 484.722.921,82 euros, o destaque vai para a rubrica correspondente ao Património do grupo municipal que tem um peso de 98,3% neste agregado.

4.2 Análise da Demonstração de Resultados

Com a Demonstração de Resultados pretende-se aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a prognosticar a capacidade do grupo municipal em gerar fluxos de caixa.

Analisando a estrutura dos **Custos e Perdas** do grupo autárquico, podemos desde logo constatar que são os Custos com Pessoal, os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE's) e as Amortizações do Exercício os que mais contribuem para o seu total. Sendo o peso dos FSE's ligeiramente superior ao das amortizações, o peso dos custos com pessoal superou-os, em 2015, em cerca de 4,5 p.p.

Do lado dos **Proveitos** há que salientar o peso que os Impostos e Taxas assumem no total dos proveitos, sendo responsáveis, por si só, por cerca de 44% dos proveitos do grupo municipal. Convirá, a este nível, realçar a retoma deste agregado em 2015 (que assistiu a um aumento de 20,4%, o que corresponde a cerca de 8,2 milhões de euros), contrariando a forte queda ocorrida entre 2012 e 2014, em que os impostos e taxas caíram, nesse dois anos, 13 milhões de euros fruto da tendência fortemente decrescente de todos os impostos cuja receita reverte para os municípios, com exceção do IMI. O IMI, fruto do processo de avaliação geral dos prédios urbanos ocorrida assistiu, entre 2012 e 2013 a uma diminuição de 2,52 milhões de euros; porém, fruto do términus das isenções, ultrapassou em 2015 o valor arrecadado em 2012. Também o IMT e a Derrama tiveram evoluções muito desfavoráveis desde o ano 2010 resultante de uma conjuntura económica altamente desfavorável: o primeiro apresentou uma quebra de 52% e a segunda de 43,5%, o que se traduziu na quebra de 9 milhões de euros em 4 anos nestes dois impostos. Não obstante, entre 2014 e 2015 houve um crescimento importante quer dos proveitos decorrentes do IMT quer dos da Derrama (cerca de 1,8 e 1,2 milhões de euros, respetivamente)

Os Proveitos e Ganhos Extraordinários assistiram, por seu lado, a um acréscimo de cerca de 60% face ao ano anterior, explicado, em primeiro lugar, pelo aumento registado na conta 79.6.2 - Reduções de provisões para cobranças duvidosas, onde foi refletida a redução do valor de provisões constituídas, para fazer face a eventual incobrabilidade das dívidas, atendendo à diminuição da divida efetivamente declarada no final do ano; e, por outro lado, pelo aumento da conta juros de mora (conta 79.6.2.1), referente a processos de divida das empresas petrolíferas, de anos anteriores, e pelo registo de correções relativas a exercícios anteriores (conta 79.7).

Quadro n.º 2

Síntese da Demonstração de Resultados

(Un: Euros)

Descrição	2015	
	Valor	Peso %
CUSTOS E PERDAS		
Custo da Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	749 001,05	0,7
Fornecimentos e Serviços Externos	28 930 607,03	26,8
Custos com o Pessoal	33 732 389,04	31,3
Transferências e Subs. Correntes Concedidos e Prestações Sociais	8 502 802,91	7,9
Amortizações do Exercício	27 671 284,08	25,7
Provisões do Exercício	1 984 163,97	1,8
Outros Custos Operacionais	287 560,13	0,3
(A) Custos e Perdas Operacionais	**101 857 808,21**	**94,5**
Custos e Perdas Financeiros	859 531,91	0,8
(C) Custos e Perdas Correntes	**102 717 340,12**	**95,3**
Custos e Perdas Extraordinários	5 086 754,35	4,7
Total dos Custos e Perdas	**107 804 094,47**	**100,0**
PROVEITOS E GANHOS		
Vendas e Prestações de Serviços	19 321 436,15	17,3
Impostos e Taxas	49 026 321,53	43,9
Variação da Produção	0,00	0,0
Trabalhos para a Própria Entidade	0,00	0,0
Proveitos Suplementares	17 729,13	0,0
Transferências e Subsídios Obtidos	26 026 547,71	23,3
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	977,06	0,0
(B) Proveitos e Ganhos Operacionais	**94 393 011,58**	**84,4**
Proveitos e Ganhos Financeiros	227 896,76	0,2
(D) Proveitos e Ganhos Correntes	**94 620 908,34**	**84,7**
Proveitos e Ganhos Extraordinários	17 154 480,54	15,3
Total dos Proveitos e Ganhos	**111 775 388,88**	**100,0**
Resultados Operacionais: (B) - (A)	**-7 464 796,63**	
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	**-631 635,15**	
Resultados Correntes: (D) - (C)	**-8 096 431,78**	
Resultados Extraordinários:	**12 067 726,19**	
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E)	**3 971 294,41**	

4.2 Dívida do Grupo Municipal

O recurso ao endividamento autárquico está sempre dependente de duas variáveis: do nível de receitas arrecadadas e do volume de investimento a realizar.

Apesar da receita efetiva ter sido de cerca de 117 milhões de euros, o recurso ao financiamento bancário revelou-se uma importante estratégia para fazer face às despesas de investimento do grupo municipal.

Quadro n.º 3

Evolução do Stock da Dívida

(Un: Euros)

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015
1- Dívida decorrente de empréstimos de m/l prazo no início do período	42 047 221,74	46 834 400,59	45 504 340,02	40 803 242,55	39 568 401,06
2 - Empréstimos contraídos e utilizados no período	9 456 255,80	4 313 825,40	634 116,49	2 845 225,18	6 541 538,29
3 - Juros Capitalizados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4 - Amortizações do período	4 669 076,95	5 643 885,97	5 335 213,96	4 080 066,67	3 832 057,48
5 - Retificação de anos anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida decorrente de empréstimos de m/l prazo no final do período (1+2+3-4)	**46 834 400,59**	**45 504 340,02**	**40 803 242,55**	**39 568 401,06**	**42 277 881,87**
Taxa de Crescimento da Dívida	**11,4%**	**-2,8%**	**-10,3%**	**-3,0%**	**6,8%**

O quadro anterior espelha a evolução da dívida decorrente de empréstimos de médio e longo prazo do grupo municipal, e que se confina apenas ao município, nos últimos cinco anos, verificando-se uma tendência descendente, uma vez que a dívida passou, de 46.834.400,59 euros, em 2011, para 42.277.881,87 euros em 2015 (redução de cerca de 4,5 milhões de euros em 5 anos). Esta tendência teve especial expressão no exercício de 2013, tendo-se invertido precisamente em 2015, fruto de uma utilização mais intensiva dos contratos de empréstimo previamente contratados, utilização esta superior ao valor registado das amortizações do período.

4.2 Indicadores de Gestão

4.2.1 Indicadores de Natureza Patrimonial

Os indicadores patrimoniais são geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua capacidade de endividamento. No entanto, no caso das autarquias, há que ter em atenção que o ativo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros por não serem hipotecáveis ou alienáveis, nomeadamente os bens de domínio público (que representam cerca de 12% quer do ativo total do município de Matosinhos quer do ativo total do grupo autárquico) e, eventualmente, bens privados necessários à prestação de utilidades públicas.

Apesar destas limitações, estes indicadores, apresentados no quadro n.º 4 relativamente ao grupo municipal, permitem-nos ter uma perspetiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais.

Quadro n.º 4

Indicadores	2015
Estrutura do Ativo	
Ativo fixo / Ativo Total	92,0%
Ativo Circulante / Ativo Total	8,0%
Ativo Fixo / Ativo Circulante	1156,7%
Estrutura do Passivo	
Passivo longo prazo / Passivo Total	19,4%
Passivo curto prazo / Passivo Total	5,4%
Passivo longo prazo / Passivo curto prazo	359,3%
Análise do Ativo Fixo	
Ativo fixo / Endividamento a médio longo prazo	15,57
Amortizações Acumuladas / Imobilizado Bruto	34,4%
Análise do Passivo Exigível	
- Coeficiente de endividamento a curto prazo	
Dívida de curto prazo / Património Líquido	2,4%
- Coeficiente de endividamento a longo prazo	
Dívida de médio longo prazo / Património Líquido	8,5%
Índices de Liquidez	
Disponibilidades / Exigível a curto prazo	171,8%
Ativo circulante / Exigível a curto prazo	483,8%
Índice de Solvência	
Dívidas a terceiros / Ativo total	7,6%

Pela análise dos rácios da estrutura do ativo, podemos ver que o peso do ativo circulante no total do ativo continua muito ténue, ao contrário do que se passa com o ativo fixo. De facto, o peso do ativo fixo sobre o circulante é enorme (1.156,7%), tendo-se assistido a uma ligeira redução deste índice relativamente ao ano transato pelo destacado aumento das disponibilidades (68,2%) face ao crescimento a que assistiu o ativo fixo (3%).

No que se refere à estrutura do passivo, o passivo de curto prazo assume, no passivo total do grupo municipal, cerca de um quarto do peso do passivo de médio e longo prazo, mantendo a tendência, que desde 2011, tem sido descendente. Se a divida relativa a empréstimos de médio e longo prazo que será paga durante o ano 2016 (amortizações de capital) não se encontrasse relevada na rubrica de Dívidas de Terceiros a Curto Prazo, o passivo de curto prazo seria inferior em 3,9 milhões de euros, atingindo o montante de 7,5 milhões de euros.
Isto mesmo pode ser constatado também nos rácios referentes à análise do passivo exigível: o coeficiente de endividamento de curto prazo é inferior ao coeficiente de endividamento de médio e longo prazo em 6,1 p.p..

O Ativo Fixo constitui basicamente o investimento direto do grupo municipal, líquido das depreciações que entretanto vão ocorrendo. A relação do ativo fixo com o endividamento a médio e longo prazo, permite-nos aferir da percentagem do imobilizado avaliado que está a ser financiado por endividamento a médio e longo prazo, traduzindo, igualmente, a garantia, em bens, aos seus financiadores. Analisado o rácio encontrado, verifica-se que o ativo fixo supera o endividamento de médio e longo prazo em cerca de 15,5 vezes. No entanto, e como já foi atrás referido, há que ter algum cuidado ao analisá-lo, já que cerca de 12% do imobilizado avaliado do grupo municipal são bens de domínio público. Portanto este indicador de solvabilidade deverá ser encarado como meramente indicativo.

A relação entre as Amortizações Acumuladas e o Imobilizado Bruto aponta o coeficiente de envelhecimento do imobilizado; se o aumento das amortizações acumuladas for superior ao aumento do imobilizado bruto a tendência será para o seu envelhecimento. Em 2015, este indicador assumiu, para o grupo municipal, o valor de 34,4%, ligeiramente superior ao verificado em 2014 (33,4%).

Passando agora à análise dos índices de liquidez, e particularizando o índice de liquidez imediata, conclui-se que, no final de 2015, as disponibilidades, em termos de grupo municipal, eram bastante superiores ao passivo de curto prazo (este representava menos de 60% do montante de disponibilidades). Se a este retirarmos a divida relativa a empréstimos de médio e longo prazo que será paga durante o ano 2016, teríamos uma situação em que as disponibilidades do grupo superavam a dívida de curto prazo em 12 milhões de euros.

Da análise de índice de solvência, podemos corroborar a manutenção de uma situação financeira positiva do grupo e com uma tendência claramente demarcada: de facto, o peso das dívidas a terceiros no Ativo Total é de apenas 7,6%. Tem-se assistido, desde 2010, a uma melhoria considerável deste índice: em 2014 apresentava um valor de 7,6%; em 2013 de 8,1%; em 2012 de 9,1%; em 2011, de 11,7%; e no ano 2010 de 12,7%.

Finalmente, haverá ainda que fazer referência aos Índices de Solvabilidade que traduzem a capacidade do grupo autárquico, como um todo, solver as suas obrigações numa perspetiva de médio/longo prazo, isto é, trata-se de uma questão de liquidez na óptica da capacidade de continuar a gerar recursos financeiros suficientes para liquidar as dívidas nos prazos devidos. Em suma, medem a relação entre os capitais próprios e os capitais alheios de uma entidade e, portanto, um valor baixo destes indicadores é sinónimo de fragilidade económico-financeira, podendo representar a inviabilidade da mesma a médio/longo prazo. Poderão ser vistos sob três óticas, assumindo, em todas elas, valores muito confortáveis:

Quadro n.º 5

Solvabilidade I	
Fundo Patrimonial / Passivo	228,8%
Solvabilidade II	
Ativo Líquido / Passivo	328,8%
Solvabilidade Adaptado	
Ativo Líquido s/ BDPub / Passivo	289,2%

Solvabilidade I – relaciona os Fundos Próprios com o Passivo;

Solvabilidade II – relaciona o Ativo Líquido com o Passivo (indica a solvabilidade em sentido estrito e deve ser superior a 100%, caso contrário evidencia uma situação líquida negativa);

Solvabilidade Adaptado - relaciona o Ativo Líquido expurgado dos bens de domínio público com o Passivo.

5. MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

O mapa de fluxos de caixa consolidado funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo municipal, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais, quer de operações de tesouraria.

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos no grupo municipal como um todo durante o ano 2015, aparece refletido no Quadro n.º 6, verificando-se que as entradas de fundos corresponderam a 125.270.661,72 euros, dos quais 117.026.387,59 euros são provenientes de receitas orçamentais e 8.244.274,13 euros resultantes de Operações de Tesouraria.

Desta forma, sendo a Despesa Global, em termos orçamentais (109.276.542,70 euros), inferior em 7.749.844,89 euros à receita efetivamente cobrada, e existindo um saldo inicial de 7.763.130,53 euros, o saldo a transitar para a gerência seguinte será de 15.512.975,42 euros. A este saldo acrescem 4.173.187,49 euros como saldo de operações de tesouraria.

Quadro n.º 6

Resumo dos Fluxos de Caixa

(Un: Euros)

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da Gerência anterior	**11 704 603,60**	**Despesas Orçamentais**	**109 276 542,70**
Execução Orçamental	7 763 130,53	Correntes	76 805 801,46
Operações de Tesouraria	3 941 473,07	Capital	32 470 741,24
Receitas Orçamentais	**117 026 387,59**	**Operações de Tesouraria**	**8 012 559,71**
Correntes	101 910 225,15		
Capital	14 474 877,78	**Saldo para a Gerência Seguinte**	**19 686 162,91**
Outras	641 284,66	Execução Orçamental	15 512 975,42
		Operações de Tesouraria	4 173 187,49
Operações de Tesouraria	**8 244 274,13**		
Total	**136 975 265,32**	**Total**	**136 975 265,32**

Da análise do quadro podemos verificar que, no ano de 2015, o fluxo financeiro de entradas em cofre e destinados a outras entidades foi de 8.244.274,13 euros, enquanto que os movimentos de saída totalizaram o valor de 8.012.559,71 euros. Estas Operações de Tesouraria (OT) são operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial. São consideradas OT as cobranças que os serviços municipais realizam para terceiros.

2

BALANÇO CONSOLIDADO

2015
Consolidação
de Contas

BALANÇO CONSOLIDADO

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL **ANO 2015**

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	ANO 2015			ANO 2014
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	14 056 627,80	0,00	14 056 627,80	13 598 863,42
452	Edifícios	3 323 892,82	263 685,75	3 060 207,07	2 907 862,50
453	Outras construções e infra-estruturas	252 567 447,44	198 447 246,07	54 120 201,37	64 786 923,89
455	Bens do património histórico,artístico e cultural	2 294 779,17	203 824,69	2 090 954,48	1 983 697,20
459	Outros bens de domínio público	1 641 270,42	443 572,40	1 197 698,02	1 233 831,42
445	Imobilizações em curso	9 323 835,02	0,00	9 323 835,02	6 012 677,06
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
		283 207 852,67	199 358 328,91	83 849 523,76	90 523 855,49
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	1 823 170,18	1 768 423,25	54 746,93	97 456,99
433	Propriedade industrial e outros direitos	197 236,05	87 348,77	109 887,28	108 684,07
443	Imobilizações em curso	205 396,43	0,00	205 396,43	196 478,93
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		2 225 802,66	1 855 772,02	370 030,64	402 619,99
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	148 444 958,43	0,00	148 444 958,43	137 371 469,43
422	Edificios e outras construções	466 678 586,84	102 160 834,43	364 517 752,41	356 194 358,64
423	Equipamento básico	15 291 576,70	13 097 172,08	2 194 404,62	1 960 218,86
424	Equipamento de transporte	3 313 480,27	2 852 521,74	460 958,53	233 345,76
425	Ferramentas e utensílios	1 580 684,91	1 564 624,58	16 060,33	13 892,94
426	Equipamento administrativo	9 662 089,93	8 938 132,83	723 957,10	502 696,75
427	Taras e vasilhame	569,24	569,24	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	9 356 866,73	6 629 203,03	2 727 663,70	3 838 543,38
442	Imobilizações em curso	32 448 678,94	0,00	32 448 678,94	30 177 389,88
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	288 452,43	0,00	288 452,43	70 373,64
		687 065 944,42	135 243 057,93	551 822 886,49	530 362 289,28
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	1 378 654,00	10 000,00	1 368 654,00	1 318 754,00
412	Obrigações e títulos de participação	3 778 588,90	0,00	3 778 588,90	0,00
414	Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras	251,25	0,00	251,25	125,47
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
		5 157 494,15	10 000,00	5 147 494,15	1 318 879,47
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	265 177,94	0,00	265 177,94	379 155,00
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		265 177,94	0,00	265 177,94	379 155,00
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)				
282	Empréstimos concedidos	24 462,90	0,00	24 462,90	36 754,26
268	Outros devedores	16 885 503,81	0,00	16 885 503,81	0,00
		16 909 966,71	0,00	16 909 966,71	36 754,26
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
281	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Clientes c/c	529 553,48	5,00	529 548,48	779 829,55
212	Contribuintes c/c	1 120 265,02	738 513,55	381 751,47	2 307,04
213	Utentes c/c	270 552,35	241 809,00	28 743,35	73 464,05
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobranca duvidosa	4 546 988,89	4 263 787,78	283 201,11	133 854,24
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	875 820,22	0,00	875 820,22	71 587,61
24	Estado e outros entes públicos	327 731,91	0,00	327 731,91	73 304,39
264	Administração autárquica	299 573,85	0,00	299 573,85	299 573,85
262+263+267+268	Outros devedores	20 318 060,57	7 424 874,90	12 893 185,67	29 588 304,87
		28 288 546,29	12 668 990,23	15 619 556,06	31 022 225,60
	Títulos negociáveis:				
151	Acções	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Depositos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depositos em instituições financeiras	19 627 768,76	0,00	19 627 768,76	11 553 263,88
11	Caixa	58 394,15	0,00	58 394,15	151 339,72
		19 686 162,91	0,00	19 686 162,91	11 704 603,60
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	2 655 090,19	0,00	2 655 090,19	2 618 011,47
272	Custos diferidos	294 958,29	0,00	294 958,29	117 075,08
		2 950 048,48	0,00	2 950 048,48	2 735 086,55
	Total de amortizações		336 457 158,86		
	Total de provisões.....		12 678 990,23		
	Total do activo	1 045 756 996,23	349 136 149,09	696 620 847,14	668 485 469,24

BALANÇO CONSOLIDADO

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL **ANO 2015**

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	ANO 2015	ANO 2014
	Fundos próprios:		
51	Património	476 361 680,21	455 383 739,19
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	0,00	0,00
56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00
	Reservas:	0,00	0,00
571	Reservas legais	2 524 018,39	2 524 018,39
572	Reservas estatutárias	0,00	0,00
573	Reservas contratuais	0,00	0,00
574	Reservas livres	0,00	0,00
575	Subsídios	8 302 377,49	7 740 541,98
576	Doações	7 779 747,82	7 779 747,82
577	Reservas decorrentes de transferências de activos	0,00	0,00
	Outras Variações no Capital Próprio	0,00	0,00
59	Resultados transitados	-14 216 196,50	-83 501,96
88	Resultado líquido em exercício	3 971 294,41	-13 915 915,21
		484 722 921,82	459 428 630,21
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos	12 612 149,05	12 583 386,97
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)		
2312	Empréstimos de Médio e Longo Prazo	38 357 149,27	35 640 978,15
2212+2214	Fornecedores c/c	0,00	268 129,08
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	112 343,66	884 951,34
268	Outros Credores	2 698 992,90	0,00
		41 168 485,83	36 794 058,57
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
2312	Empréstimos de Médio e Longo Prazo	3 920 732,59	3 927 422,90
2311	Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00
2211+2212+2214+2215	Fornecedores c/c	908 633,16	1 202 176,60
2213	Fornecedores - Cauções e Garantias	225,00	2 724,60
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	127 208,21	1 214 244,89
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00
2611+2614+2615	Fornecedores de imobilizado c/c	1 013 615,17	1 302 801,05
2612	Fornecedores Imobilizado c/ cauções e garantias	2 948 941,47	2 592 367,07
2613	Fornec. Imobiliz. - Fact. Recepção Conferencia	97 954,97	910 859,76
24	Estado e outros entes públicos	824 310,02	673 890,38
264	Administração autárquica	0,00	0,00
262+263+265+267+268	Outros credores	1 220 112,66	1 494 920,90
217	Clientes e Utentes com Cauções	395 507,72	411 088,46
		11 457 240,97	13 732 496,61
	Acréscimos e Diferimentos:		
273	Acréscimos de Custos	6 525 373,41	5 994 704,67
274	Proveitos diferidos	140 134 676,06	139 952 192,21
		146 660 049,47	145 946 896,88
	Total do passivo	211 897 925,32	209 056 839,03
	Total dos fundos próprios e do passivo	696 620 847,14	668 485 469,24

ORGÃO EXECUTIVO

Em ___ de _____ de ____

_____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de ____

_____

3

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

2015
Consolidação
de Contas

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

ENTIDADE GRUPO MUNICIPAL ANO: 2015

CÓDIGO DAS CONTAS	DESIGNAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2015	2014
	Custos e perdas		
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
	Mercadorias	18 652,69	20 988,70
	Matérias	730 348,36	691 311,06
62	Fornecimentos e serviços externos:	28 930 607,03	28 063 486,39
	Custos com o pessoal:	0,00	0,00
641+642	Remunerações	26 220 111,46	25 840 524,45
643 a 648	Encargos sociais	7 512 277,58	7 686 744,84
63	Transferências e subs. Correntes concedidos e prestações sociais	8 502 802,91	7 900 620,59
66	Amortizações do exercício	27 671 284,08	27 112 558,68
67	Provisões do exercício	1 984 163,97	3 285 053,39
65	Outros custos operacionais	287 560,13	297 251,26
		0,00	
	(A)	101 857 808,21	100 898 539,36
68	Custos e perdas financeiros	859 531,91	922 268,15
		0,00	
	(C)	102 717 340,12	101 820 807,51
69	Custos e perdas extraordinários	5 086 754,35	4 359 341,92
	(E)	107 804 094,47	106 180 149,43
	Imposto sobre o rendimento do exercicio	0,00	0,00
	(G)	107 804 094,47	106 180 149,43
88	Resultado líquido do exercício	3 971 294,41	-13 915 915,21
	(X)	111 775 388,88	92 264 234,22
	Proveitos e ganhos		
	Vendas e prestações de serviços:		
7111	Venda de mercadorias	5 835,26	3 479,81
7112+7113	Venda de produtos	37 424,16	71 333,44
712	Prestações de serviços	19 278 176,73	16 797 623,83
72	Impostos e taxas	49 026 321,53	40 735 553,57
(a)	Variação da produção	0,00	0,00
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
73	Proveitos suplementares	17 729,13	14 459,99
74	Transferências e subsídios obtidos	26 026 547,71	23 504 968,65
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	977,06	100 000,00
		0,00	
	(B)	94 393 011,58	81 227 419,29
78	Proveitos e ganhos financeiros	227 896,76	310 342,06
	(D)	94 620 908,34	81 537 761,35
79	Proveitos e ganhos extraordinários	17 154 480,54	10 726 472,87
	(F)	111 775 388,88	92 264 234,22
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)	-7 464 796,63	-19 671 120,07
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	-631 635,15	-611 926,09
	Resultados Correntes: (D - C)	-8 096 431,78	-20 283 046,16
	Resultado Líquido de Exercício: (F - E)	3 971 294,41	-13 915 915,21

4

FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL ANO: 2015

Recebimentos			**Pagamentos**		
Saldo da Gerência anterior		**11 704 603,60**	**Despesas Orçamentais**		**109 276 542,70**
Execução Orçamental …….	7 763 130,53		Correntes ……..	76 805 801,46	
Operações de Tesouraria ..	3 941 473,07		Capital ……	32 470 741,24	
Receitas Orçamentais …….		**117 026 387,59**	**Operações de Tesouraria**		**8 012 559,71**
Correntes ……..	101 910 225,15				
Capital ……	14 474 877,78		**Saldo para a Gerência Seguinte**		**19 686 162,91**
Outras ……	641 284,66		Execução Orçamental …….	15 512 975,42	
			Operações de Tesouraria ……..	4 173 187,49	
Operações de Tesouraria		**8 244 274,13**			
Total ……..		**136 975 265,32**	**Total ……**		**136 975 265,32**

ORGÃO EXECUTIVO

Em ___ de _____ de ____

_____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de ____

_____

5

ANEXO ÀS DEMONTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

2015
Consolidação
de Contas

INTRODUÇÃO

O Município de Matosinhos apresenta as demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade, relativas ao exercício de 2015, reportado a 31 de Dezembro.

A Lei 73/2013, de 3 de setembro, estabelece o novo regime financeira das autarquias locais e entidades intermunicipais, revogando a Lei n.º2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais), estabelecendo mudanças legislativas significativas relativamente à Prestação de Contas Consolidadas.

Na ausência de procedimentos contabilísticos de consolidação no POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) adotou-se o disposto na portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, que aprova a Orientação n.º 1/2010, relativa à "Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo", onde se indicam um conjunto de princípios orientadores da consolidação de contas no sector público administrativo, definindo os requisitos mínimos para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Sem prejuízo no disposto nessa portaria, o grupo de trabalho de apoio técnico na aplicação do POCAL (SATAPOCAL) emanou a 28 de Abril de 2010 as instruções a seguir na consolidação de contas.

Este novo normativo legal nos art.º 75º e 76º, lei 73/2013, define as novas regras para a consolidação de contas. Em relação à anterior lei verifica-se a alteração no perímetro de consolidação. Em suma o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta.

As notas do presente Anexo incluem as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação, mapa de endividamento de médio longo prazo, bem como os mapas exigidos pelo n.º7 do art.º75 da Lei 73/2013, nomeadamente Balanço, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa Consolidados.